

23 OUT 2013

# FOLHA DE LONDRINA

# CNJ anula

# repasse bilionário

# do TJ ao governo

# do Paraná

## Decisão invalida lei que autoriza transferência de depósitos judiciais aos cofres estaduais

Mariana Franco Ramos  
*Reportagem Local*

**Curitiba** - O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) impediu ontem, em sessão ordinária, o repasse de até 30% dos depósitos judiciais e recursos não tributários do Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná para o governo do Estado. Com a decisão, a verba, estimada em R\$ 2,3 bilhões, deve permanecer na Caixa Econômica Federal (CEF). O resultado da votação foi unânime.

Na prática, o CNJ anula um projeto de lei aprovado em regime de urgência na Assembleia Legislativa (AL), onde o governador Beto Richa (PSDB) tem maioria, em 25 de julho deste ano. A proposta, que previa possibilidade de transferência dos depósitos, desde que o Estado devolvesse o dinheiro em determinado prazo, passou em primeira e segunda votação, tendo dispensa da redação final. Poucas horas depois, a lei 17.579/2013 foi sancionada por Beto Richa.

A alegação do Executivo, à época, era que o empréstimo seria aplicado nos setores de

*Projeto de lei  
foi aprovado a  
toque de caixa  
pela AL*

saúde, educação, segurança pública, mobilidade urbana, infraestrutura viária e no pagamento de aquisições de pequeno valor.

Ontem, o plenário do CNJ seguiu o voto do conselheiro Saulo Casali Bahia, relator do pedido de providências apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) no Paraná. Ele citou precedentes do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF) que preveem a manutenção de depósitos judiciais e de recursos não tributários em instituição financeira oficial. Segundo o entendimento dos conselheiros, o Judiciário apenas tem a guarda dos recursos, mas sobre eles não detém livre disponibilidade.

### Repercussão

O presidente da OAB do Paraná, Juliano Breda, afirmou que o órgão esperava a decisão do CNJ, pois o conselho já havia concedido duas liminares em favor do pe-

dido. Breda frisou que a transferência dos depósitos para a chamada Conta Única do governo é inconstitucional. A entidade que representa os advogados paranaenses argumentou ainda que é ilegal a mistura de recursos públicos com o dinheiro das disputas privadas.

O presidente da AL, Valdir Rossoni (PSDB), disse que "decisão judicial não se questiona; se cumpre". O líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), foi na mesma linha, acrescentando que "um Estado que não respeita a Justiça não é um Estado democrático". Ele questionou, no entanto, o fato de a União "se valer da mesma prática". "É um tanto quanto estranho, porque, se nós formos observar, toda a mídia nacional, toda a imprensa dá com toda clareza que o governo federal se vale desses depósitos judiciais para poder corrigir o superávit financeiro.

**CONTINUA**

23 OUT 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### CONTINUAÇÃO

Portanto, me parece (que foi) dois pesos e duas medidas”, argumentou.

Traiano não soube dizer se o governo irá recorrer da decisão. “Não tenho conhecimento. Cabe à Procuradoria-Geral do

Estado a manifestação, mas não tenho nenhuma informação sobre o assunto ainda”, completou.

Já o líder da oposição, Elton Welter (PT), disse que a medida era esperada. “Nós alertamos. A oposição tinha razão. Só é possível usar depósitos judiciais para pagar precatórios. E se confirmou aquilo que falamos aqui na tribuna, que esse é um assunto encerrado. Infelizmente se usou de um poder de influência muito forte aqui na Casa, que culminou nessa vinda da mensagem do Poder Judiciário para cá.”

23 OUT 2013

## FOLHA DE LONDRINA

# *Petista diz que sofreu ameaça para votar em Fábio Camargo*

**Curitiba** - O líder da oposição na Assembleia Legislativa (AL) do Paraná, Elton Welter (PT), disse ontem ter sofrido ameaça para votar em Fábio Camargo na eleição ao Tribunal de Contas (TC) do Estado. Foi a primeira vez que um deputado da Casa admitiu a existência de tráfico de influência no processo de escolha dos conselheiros do órgão, objeto de investigação do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

"Sim, houve essa pressão. Infelizmente o bastidor do poder é de uma obscuridade lamentável. A sociedade não quer isso. Acho que todos os poderes da República precisam fazer uma reflexão para melhorar a sua transparência. Existe muita dissimulação, muito apelo. Enquanto tivermos banqueiros e gran-

des empresários financiando bancadas, elegendo bancadas, nós não vamos ter um parlamento justo e representativo", afirmou.

Welter não detalhou, porém, como foi o suposto processo de intimidação, nem quis citar nomes. Segundo o parlamentar, como as "conversas de bastidores" não foram gravadas, ele não teria como comprovar que de fato aconteceram.

"Se o deputado assumir isso, deveria tornar público e dar os nomes daqueles que o pressionaram. Eu não conheço; pelo menos de minha parte, votei com consciência e sem nenhuma pressão de lugar algum", rebateu o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB).

A suspeita de que o desembargador afastado Clayton Camargo interferiu

no processo é investigada pelo CNJ. Ele é pai de Fábio e à época presidente do Tribunal de Justiça (TJ) paranaense. Ao CNJ, o Ministério Público Federal (MPF) citou a coincidência da aprovação do repasse de 30% dos depósitos judiciais de natureza não tributária no Órgão Especial do TJ no mesmo dia em que Fábio tomou posse no TC.

Na semana passada, com base nas investigações, a Procuradoria Geral da República (PGR) encaminhou ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) um pedido de afastamento do conselheiro do TC, que é analisado pela ministra Eliana Calmon. A reportagem tentou contato com Camargo, mas o ex-deputado não retornou às ligações até o fechamento desta edição. (M.F.R.)



*Líder da oposição, Elton Welter não detalhou como foi o suposto processo de intimidação, nem quis citar nomes*

23 OUT 2013

## FOLHA DE LONDRINA

### LUIZ GERALDO MAZZA

#### Filósofo, urgente

Feliz dos governos que contam com filósofos: o de Munhoz da Rocha tinha nele próprio um da melhor qualificação, seguidor do pensador dos matizes o neo-tomista, Jacques Maritain, e ainda contava com o kierkgardiano (o melhor do Brasil) Ernani Reichmann. É que tudo o que pesa contra o governo estadual decorre de uma questão essencialmente filosófica: a das aparências.

Vejamos a investigação do CNJ sobre tráfico de influência na eleição de Fábio Camargo para o TC: ela se deu em meio a uma forte aproximação com o Judiciário no Caixa Único e no acesso aos depósitos judiciais (aquele dos 30% foi vetado ontem pelo órgão de controle), na concessão de mandado de segurança também por Clayton Camargo em favor de Cid Vasques no seu arranca-rabo com o Gaeco. Dá para testemunhar que embora as presunções no caso da eleição ela se deu dentro da praxe habitual, a costumeira submissão legislativa, embora o exame pelo STJ dessa matéria provocado pelo MP federal.

Mas essa questão das aparências permeia o universo em que o governo se move e o caso do atrito Gaeco x Cid Vasques se dá logo depois da operação Vortex que flagrou quatro delegados, 15 investigadores e um agente de apoio da Polícia Civil achacando três empresários de autopeças, enquadrados também. Logo depois disso veio o alegado atrito com o Gaeco, fundamentado na regulação do rodízio de civis e militares colocados à disposição do MP.

E como se não bastasse, a própria ação do governo é mais virtual do que efetiva, isso é, aparenta agir. E outras vezes age, mas esconde como no caso dos acordos que vem sustentando com as pedagiadas, uma caixa preta, ainda ontem reclamada por Ágide Menegeti, da Faep.

Conflitos com policiais civis, como os de ontem na Furto de Veículos, levam à conclusão que também aí, como no caso da invasão da mansão por tiras mascarados, como se fossem do Black Bloc, não age e sim aparenta agir. E desse jeito aparenta governar. E de aparência em aparência, como a das pesquisas, de repente se reelege e a aparência se proclama como virtude maior, tal qual se deu anteontem no leilão do Campo de Libra.

#### Tayná

Justiça agravou responsabilidades dos policiais no caso Tayná aditando-lhes punição administrativa. Novamente o império das aparências. Teremos nesse evento a reprise da menina colocada na mala na Rodoferroviária há 5 anos?

23 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

# Paraná é obrigado a retomar concurso de cartórios

**Em decisão unânime, CNJ determina que TJ reinicie processo que se arrasta desde 2010; integrantes de banca examinadora são afastados**

**Edson Ferreira**  
*Reportagem Local*

O Tribunal de Justiça (TJ) do Paraná deve retomar "com máxima urgência" o concurso público para ocupação de cartórios extrajudiciais do Estado. A determinação é do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), por decisão unânime, publicada ontem. A disputa estava suspensa desde dezembro de 2012, por força de uma liminar concedida pelo próprio conselho, depois que candidatos inscritos no concurso questionaram itens do edital e a composição da banca examinadora.

Em seu voto, a conselheira relatora, Maria Cristina Peduzzi, deu resposta a 16 processos relacionados ao certame que tramitam no CNJ. Ela também listou os requisitos que o TJ deverá observar para a reabertura do concurso e determinou à Corte paranaense que exclua da banca examinadora sete pessoas consideradas suspeitas por terem algum tipo de ligação com candidatos ou por envolvimento deles com serventias no Estado. A realização do concurso público para

o preenchimento dos comandos dos cartórios extrajudiciais se tornou obrigatória com a Constituição Federal de 1988. Até então, a maioria dos cartórios do tipo passavam de pai para filho.

Quanto à banca, o TJ deve proceder o afastamento de João Norberto França Gomes, Angelo Volpi Neto, Ricardo Bastos da Costa Coelho e Roberto Jonczyk, representantes da Associação dos Notários e Registradores do Estado do Paraná (Anoreg); Gil Francisco de Paula Xavier Fernandes

Guerra, magistrado; Espedito Reis do Amaral, desembargador presidente da comissão examinadora; e Renato Alberto Nielsen Kanayama, representante da OAB do Paraná. Escreveu a conselheira que "é patente que a participação de autoridades na Banca Examinadora de um certame, em que seus assessores ou parentes são candidatos, viola os princípios da impessoalidade e moralidade, maculando a imparcialidade que deve reger os concursos públicos".

**CONTINUA**



**A conselheira Maria Cristina Peduzzi também determinou a exclusão de membros da banca examinadora do concurso**

23 OUT 2013

## FOLHA DE LONDRINA CONTINUAÇÃO

Procurado, o TJ não se manifestou sobre a questão dos membros da banca examinadora e também não entrou no mérito de outros temas colocados pela reportagem, com base no voto da relatora. Por meio de nota, o TJ afirmou apenas que “assim que receber a comunicação oficial do CNJ, irá tomar as medidas necessárias para retomar o concurso”.

A reportagem apurou que o número de cartórios vagos em todo o Estado pode superar 600. Em 2010, o CNJ publicou a lista com 426 cartórios declarados vagos, sendo onze em Londrina. “De lá até hoje, houve alterações em razão de mandados de segurança impetrados no STF. Alguns estão ainda sub judice, outros já definidos”, comentou o advogado do Sindicato dos Escrivães, Notários e Registradores (Sienoreg) do Estado, Vicente Paula Santos.

Ele afirmou que o sindicato, à época, entrou com recursos contra o concurso, alegando direito adquirido, porém, em alguns poucos casos houve decisão favorável aos serventuários. Santos preferiu não comentar a última decisão do CNJ, porque ainda não havia sido notificado.

23 OUT 2013

FOLHA DE LONDRINA

# Acusados respondem por improbidade

## Grupo formado por delegado e policiais é processado também na esfera criminal

Rubens Chueire Jr.

Reportagem Local

**Curitiba** - A Justiça de Colombo, na Região Metropolitana de Curitiba (RMC), ajuizou ontem uma ação por ato de improbidade administrativa denunciando 20 pessoas envolvidas na prática de tortura contra os quatro suspeitos pela morte da adolescente Tayná Adriane da Silva, de 14 anos. A jovem foi assassinada em junho deste ano.

Estão sendo processados por tortura um delegado, 11 policiais civis, um agente de apoio da Polícia Civil, dois guardas municipais, um soldado da Polícia Militar, um soldado aposentado da PM e dois detentos. A exceção é um agente de carceragem, que está sendo processado por abuso de autoridade e lesões corporais.

“É uma ação que corre paralelamente. Eles já foram denunciados na esfera criminal pelo Gaeco (Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado) e, agora, como se trata de um caso envolvendo servidores públicos, também poderão responder na esfera civil. Além disso eles ainda podem sofrer sanções administrativas por meio de procedimentos já abertos pelas Corregedorias de cada corporação”, explicou o promotor Paulo Conforto, da 6ª Promotoria de Justiça de Colombo, que ajuizou a ação.

Se forem condenados por improbidade, os acusados poderão perder a função pública, ter suspensos os direitos políticos por período de três a cinco anos e pagar multa civil de até cem vezes o valor da remuneração recebida, entre outras sanções. Conforto informou que pediu a decretação de segredo de Justiça ao processo. Segundo ele, o objetivo é preservar a intimidade das vítimas. O promotor ainda lembrou que os acusados serão notificados para apresentarem suas defesas.

### Caso

A investigação sobre o assassinato da adolescente Tayná foi reiniciada em 15 de julho, após determinação da Secretaria Estadual de Segurança Pública (Sesp). O primeiro inquérito, que apontava o envolvimento dos quatro suspeitos (Adriano Batista, de 23 anos, Sérgio Amorin da Silva Filho, de 22, Paulo Henrique Camargo Cunha, de 25, e Ezequiel Batista, de 22), não foi acatado pelo MPPR. Os promotores consideraram que não havia provas suficientes para oferecer denúncia.

O trabalho inicial de investigação foi posto em xeque por um laudo pericial da Polícia Científica apontando que o sêmen encontrado na calcinha da jovem não batia com o DNA de nenhum dos quatro suspeitos.

Além disso, com as denúncias de tortura, os rapazes foram soltos e incluídos no programa de proteção a testemunhas.

### Inquérito

Na próxima segunda-feira as investigações sobre o caso completam cinco meses, ainda sem uma solução. O inquérito já passou pelas mãos de três delegados e agora está sob responsabilidade de Cristiano Quintas, da Delegacia de Homicídios (DH) da capital. O delegado solicitou, no último dia 10, mais trinta dias para concluir o caso. O MPPR informou, por meio de assessoria, que os promotores responsáveis pelo caso, Paulo Sérgio Markowicz de Lima e Ricardo Casseb Lois, ainda não receberam o inquérito para analisar se acatam ou não o pedido do delegado.

23 OUT 2013

## Justiça adia depoimento de Colli

Londrina – A juíza da 6ª Vara Criminal de Londrina, Zilda Romero, adiou a audiência de instrução na qual seria ouvido ontem o ex-presidente do Partido Verde (PV), Marcos Colli, no processo em que ele é acusado de estupro de vulnerável e de fotografar e filmar em poses sexuais e pornográficas três irmãs menores de idade. A audiência foi transferida em virtude da Justiça ainda não ter conseguido ouvir duas testemunhas indicadas pela defesa por carta precatória. Os depoimentos são de um médico de São Paulo e da ex-mulher de Colli, que mora em Florianópolis (SC). A data do novo interrogatório ainda não foi definida. **(Lucio Flávio Cruz/Reportagem Local)**

## Idoso é suspeito de abusar das filhas

Londrina – Policiais do Serviço Reservado da Polícia Militar (PM) cumpriram um mandado de prisão contra um homem de 60 anos suspeito de ter estuproado duas filhas menores de idade. A prisão aconteceu na noite de segunda-feira em uma chácara localizada na Usina Três Bocas, na zona sul de Londrina. O pedido de prisão foi expedido pela 6ª Vara Criminal de Londrina, que julga os casos de abusos sexuais contra crianças e adolescentes. O homem foi encaminhado à 10ª Subdivisão Policial (SDP) e posteriormente ao sistema prisional. O local da detenção não foi informado para preservar a integridade física do acusado. **(Lucio Flávio Cruz/Reportagem Local)**

# FOLHA DE LONDRINA Jandaia do Sul tem novo prefeito

**Edson Ferreira**  
*Reportagem Local*

Desde domingo, Benedito Pupio (PSC) está no comando da Prefeitura de Jandaia do Sul (Norte). Ele assumiu o lugar de Dejair Valério (PTC), que exerceu o cargo até sexta-feira, quando foi publicada a decisão do Tribunal Regional Eleitoral (TRE) do Paraná negando recurso que tentava reverter a cassação dele.

Valério, que vai recorrer ao Tribunal Superior Eleitoral (TSE), teria sido beneficiado na campanha para a prefeitura, no ano passado, por conduta vedada em período eleitoral. O então prefeito, José Borba, concedeu isenção de Imposto sobre Transferências de Bens Imóveis (ITBI) a 272 famílias de Jandaia do Sul no mês de maio. O benefício foi, segundo a coligação adversária na ação junto ao TRE, amplamente utilizado para promover Valério.

Pupio afirmou que essa "instabilidade jurídica" pode prejudicar o trabalho à frente do Executivo. Ele não poupou críticas ao ex-prefeito, principalmente nas finanças. "Temos compromissos com a folha de pagamento e não tem dinheiro em caixa para o décimo terceiro." Valério retrucou, citando diversas obras que já estariam "com convênios assinados e recursos garantidos". "Sobre o pagamento do pessoal, deixei o caixa com mais

de R\$ 700 mil em recursos livres, sem falar na previsão de arrecadação nestes meses de novembro e dezembro."

## Confusão na posse

A posse de Benedito Pupio estava marcada para a manhã de sábado na Câmara de Jandaia do Sul, mas acabou ocorrendo apenas na tarde de domingo, porque as portas do Legislativo estavam fechadas. Notificados pela Justiça Eleitoral na sexta-feira à tarde para a posse, Pupio, o vice, Valdecir Albieri (PDT), e aliados políticos – cerca de 100 pessoas – não conseguiram encontrar o presidente da Casa, José Aparecido Pereira, o Zé da Gruta.

Segundo o prefeito, "ficamos esperando lá, ninguém apareceu, tentamos contato com o Zé da Gruta, mas não conseguimos". Pupio disse que, mais tarde, o presidente enviou comunicado justificando que enfrentava problemas de saúde na família. "Poderia então ter enviado o vice-presidente para o ato", citou o prefeito. "Na verdade, acho que estavam esperando alguma decisão liminar barrando a nossa posse", completou, lembrando que Zé da Gruta é do grupo político de Valério. No domingo, o presidente da Casa ligou para Pupio afirmando que estaria disponível. A posse ocorreu, porém, menos badalada. A reportagem não conseguiu localizar Zé da Gruta.

23 OUT 2013

GAZETA DO POVO

# Deputado diz ter sofrido ameaça para votar em Fabio Camargo

Em meio a investigações sobre tráfico de influência na eleição para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC), o deputado **Elton Welter** (foto) afirmou ontem ter sofrido pressão e ameaças para votar em Fabio Camargo. O pleito do TC está sendo investigado pela Procuradoria-Geral da República, que pediu o afastamento de Fabio, filho do desembargador Clayton Camargo, ex-presidente do Tribunal de Justiça. *Páginas 15 e 16*



---

**"Houve ameaça, influência externa dos poderes. Todo mundo tem medo do Poder Judiciário."**

Elton Welter (PT), deputado estadual.

**CNJ barra repasse de R\$ 2,3 bilhões em depósitos judiciais não tributários para o governo do Paraná.**

23 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

RELAÇÕES ENTRE PODERES

» PLEITO SOB SUSPEITA

## Deputado diz ter sido ameaçado na eleição de Fabio Camargo

Euclides Lucas Garcia

O deputado Elton Welter (PT), líder da oposição na Assembleia Legislativa do Paraná, afirmou ontem ter sofrido pressão e ameaças para votar em Fabio Camargo na eleição de conselheiro do Tribunal de Contas do Estado (TC), realizada em 15 de julho. Em meio a investigações a respeito de suposto tráfico de influência no pleito, o petista foi o primeiro parlamentar a admitir que houve “interferências externas” na escolha. Questionado sobre a origem da pressão, ele disse que não citaria nomes por não ter provas da acusação.

O pai de Fabio, desembargador Clayton Camargo, é investigado pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) e pelo Superior Tribunal de Justiça (STJ) por tráfico de influência na eleição do TC. Na época do pleito, Clayton era presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ). A suspeita levou a Procuradoria-Geral da República (PGR) a pedir o afastamento de Fabio do TC. Dias antes, Clayton já havia sido afastado cautelarmente do TJ pelo CNJ, numa decisão que levou em conta essa e outras suspeitas contra

Elton Welter é o 1º parlamentar a admitir que houve tráfico de influência na disputa pelo TC o desembargador.

No procedimento que tramita no CNJ, o Ministério Público Federal (MPF) cita a coincidência de o Órgão Especial do TJ paranaense ter aprovado, no mesmo dia em que Fabio tomou posse no TC, o projeto de lei que garantiria ao governo paranaense ter acesso aos depósitos judiciais não tributários de posse da Justiça estadual.

Foi justamente esse projeto o ponto de partida para que Welter revelasse ter sofrido ameaças na eleição do TC. Segundo ele, foi usado “um poder de influência muito forte na Casa”. “Houve uma articulação dos três poderes para a eleição do TC, que forçou a aprovação dessa lei.”

O petista declarou ainda que foi procurado pessoalmente no gabinete, nos corredores da Assembleia e até na rua para que votasse em Fabio. Mesmo tendo sofrido ameaças com “ênfase e determinação”, ele afirmou que votou no deputado Plauto Miró (DEM), 2.º colocado no pleito.

“[Houve] ameaça, influência externa dos poderes. Ameaça: a palavra fala por si. Todo mundo tem medo do

Poder Judiciário”, admitiu. Ao ser indagado sobre os responsáveis por essas ameaças, disse que não poderia revelar nomes por não ter gravações ou filmagens para comprovar a acusação. “[Eram] emissários. [Falavam] em nome pessoal. Mas acredito que foram orientados a falar, a pedir.” Mais uma vez sem citar nomes, Welter afirmou ter sido pressionado, inclusive, por parlamentares. Quando Welter foi questionado se as ameaças envolveriam a tramitação de processos judiciais contra ele no TJ, respondeu apenas um “pode ser”. O petista ainda declarou que decidiu falar porque não suporta mais o jogo de dissimulação e o faz de contas no meio político.

**CONTINUA**

## “[Houve] ameaça, influência externa dos poderes. Ameaça: a palavra fala por si. Todo mundo tem medo do Poder Judiciário.”

Elton Welter (PT), líder da oposição na Assembleia, que admitiu que as ameaças poderiam ter relação com processos que correm contra ele no TJ.

### » OUTRO LADO

## Fabio e Clayton Camargo não se pronunciam sobre acusação de Elton Welter

Euclides Lucas Garcia

Procurado por meio de sua assessoria no Tribunal de Contas do Paraná (TC), o conselheiro Fabio Camargo não retornou ao pedido de entrevista até o fechamento desta edição. Já o desembargador Clayton Camargo, ex-presidente do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ), e o advogado dele não atenderam às ligações da reportagem.

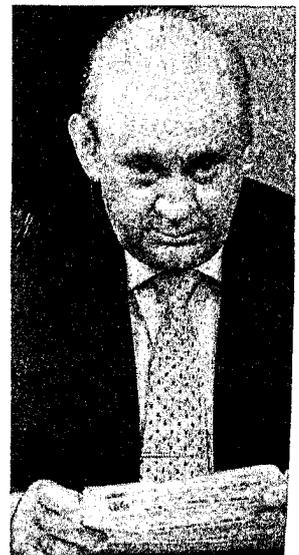
O presidente da Assembleia Legislativa do Paraná, deputado Valdir Rossoni (PSDB), reafirmou, por meio da assessoria de imprensa, que não é “pressionável”. Ele disse ainda que cumprirá qualquer decisão judicial a respeito do assunto.

Já o líder do governo no Legislativo, Ademar Traiano (PSDB), fez cobranças ao deputado Elton Welter (PT) enquanto o petista revelava à imprensa ter sofrido pressões na eleição para o TC. “Você tem que dar nome aos bois, tem que ser macho. Se não, só complica para a gente”, disse ao colega. O tucano negou

haver qualquer relação entre o pleito do TC e o projeto de lei envolvendo a transferência dos depósitos judiciais não tributários.

Candidato derrotado por Fabio na eleição de julho, o primeiro-secretário da Assembleia, Plauto Miró (DEM), preferiu não comentar o assunto. Anteriormente, quando a proposta dos depósitos judiciais foi votada — e aprovada — pela Casa, ele insinuou que a medida havia sido uma “barganha” entre o Executivo e o TJ para eleger Fabio. “Deixo aqui registrada minha estranheza e tristeza de poder ver que fui uma mercadoria que participou de uma barganha entre os poderes do Paraná”, afirmou à época.

O TC e o governo do estado disseram que não iriam se pronunciar sobre o assunto.



DEPUTADO  
ADEMAR TRAIANO  
“Você tem que dar nome aos bois, tem que ser macho. Se não, só complica para a gente.”

Ademar Traiano (PSDB), líder do governo na Assembleia, cobrando de Elton Welter (PT) que dissesse claramente quem fez a pressão para votar em Fabio Camargo.

23 OUT 2013

GAZETA DO POVO  
» JUDICIÁRIO

# CNJ veta em definitivo repasse de depósitos judiciais ao Paraná

Com a decisão, governo paranaense deixará de ter acesso a R\$ 2,3 bilhões de terceiros que estão sob a guarda do TJ. Proposta rejeitada é alvo da suspeita de pressão na eleição do TC

BRASÍLIA

André Gonçalves, correspondente

O governo do Paraná sofreu ontem mais um revés na busca por recursos para aliviar o aperto do caixa estadual. Por unanimidade, o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) impediu de forma definitiva repasse de 30% dos depósitos judiciais não tributários do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) para o Executivo estadual. Os valores envolvidos são estimados em R\$ 2,3 bilhões e seriam utilizados em saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e para pagamento de requisições judiciais de pequeno valor.

Depósitos judiciais são recursos mantidos em contas bancárias por pessoas ou empresas envolvidas em disputas na Justiça e ficam congelados enquanto aguardam

decisão final. Uma pendência em torno da compra de um imóvel, por exemplo, envolve depósitos de natureza não tributária. Outra sobre o pagamento do Imposto sobre Propriedade de Veículos Automotores (IPVA) envolve depósitos tributários.

## Mérito

A decisão do CNJ avaliou o mérito de um pedido de providências formulado pela seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR), questionando a legalidade da transferência dos depósitos judiciais para o caixa do governo. Antes do julgamento de ontem, os conselheiros já haviam concedido duas liminares que proibiam a transferência. “A vinculação desse ingresso [de depósitos judiciais não tributários] às despesas do poder público implica frontal violação ao regime jurídico orçamentário”, disse o conselheiro Saulo Casali Bahia, relator do processo.

A proposta de repassar os recursos para o caixa estadual surgiu de um projeto de lei complementar (PLC 15/2013) de iniciativa conjunta do governador Beto Richa e do ex-presidente do TJ-PR Clayton Camargo — afastado das funções de desembargador pelo CNJ em 8 de outubro por suspeitas de evo-

lução patrimonial incompatível com o cargo de magistrado. A aprovação do projeto pelo TJ, em 22 de julho, é alvo de suspeita no CNJ, que investiga se ela foi usada para Camargo fazer tráfico de influência para eleger seu filho, Fabio Camargo, para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas do Paraná. Após passar no TJ, a proposta seguiu para a Assembleia, onde foi aprovada em 25 de julho.

Orientado pelo voto de Casali Bahia, o CNJ anulou a decisão do Órgão Especial e, na prática, invalidou a Lei Complementar 159, gerada a partir do PLC 15/2013. O conselheiro solicitou envio de cópia do processo para a Advocacia-Geral da União e ao Ministério Público Federal para que seja dado prosseguimento à invalidação formal da lei.

**CONTINUA**

# GAZETA DO POVO

## CONTINUAÇÃO

23 OUT 2013

### Outros casos

Além dos depósitos não tributários, o governo do estado também tem encontrado dificuldades para ter acesso a R\$ 500 milhões em depósitos judiciais de natureza tributária e para liberar R\$ 3,2 bilhões em empréstimos que dependem do aval da União. Em processo julgado no mês passado, o CNJ cassou decisão do TJ-PR que vetava a utilização dos depósitos tributários com a justificativa de que a legislação que regulamenta esse procedimento seria inconstitucional.

Os conselheiros do CNJ também determinaram que o processo seja reavaliado pelo TJ-PR com base na Lei Federal 11.429/2006, a qual estabelece que a verba só pode ser destinada ao pagamento de precatórios e da dívida pública. A decisão ocorreu há 42 dias, mas o Judiciário paranaense ainda não fez a reavaliação do assunto. O TJ-PR ontem informou que o tema deve ser apreciado nas próximas semanas.

Já os empréstimos estão em negociação desde 2011. Até agora, as operações têm enfrentado uma série de entraves na análise da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), que tem questionado o cálculo dos gastos com pessoal do governo do estado e pendências no Cadastro Único de Convênios da União.

De acordo com o último balanço das contas do estado apresentado no dia 1.º de outubro pelo ex-secretário estadual de Fazenda Luiz Carlos Haully, o governo gastou nos 12 meses anteriores 48,69% de sua receita corrente líquida com o pagamento de funcionários. O índice está acima do limite prudencial de 46,55% e muito próximo dos 49% previstos como teto máximo na Lei de Responsabilidade Fiscal.

**CONTINUA**

23 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

CONTINUAÇÃO

**“A vinculação desse ingresso [de depósitos judiciais] às despesas do poder público implica frontal violação ao regime jurídico.”**

Saulo Casali Bahia, conselheiro do CNJ e relator do processo.



O conselheiro Saulo Bahia: CNJ já havia concedido liminar que barrava a transferência da verba depositada no TJ para o governo.

**R\$ 500 MILHÕES**

é quanto o governo do estado ainda pode ter acesso em depósitos judiciais. Esse é o montante estimado dos depósitos de natureza tributária que o estado pode receber. O CNJ barrou apenas o acesso aos depósitos não tributários.

**CONTINUA**

23 OUT 2013

CONTINUAÇÃO

TIRA DÚVIDAS

# GAZETA DO POVO

Entenda a diferença entre depósitos judiciais não tributários, cujo acesso foi barrado pelo CNJ, e os depósitos judiciais tributários, que podem ser sacados pelo governo se houver autorização:

## O que são depósitos judiciais?

Os depósitos constituem a garantia financeira de uma disputa judicial entre duas partes.

## Qual a diferença entre depósitos judiciais tributários e não tributários?

São considerados tributários quando envolvem um questionamento contra o Estado sobre o pagamento de tributos. Ocorre, por exemplo, quando pessoas físicas e jurídicas dizem ter pago valores indevidos de ICMS, por exemplo. São considerados não tributários quando não se re-

ferem a tributos. Por exemplo, em uma disputa de um cliente contra um banco. O valor em disputa permanece sob a guarda do Judiciário até que a ação seja solucionada.

## O Estado pode ser parte em ações de depósitos judiciais não tributários?

Sim. O Estado pode ser parte em ações indenizatórias ou administrativas em que o dinheiro em disputa fique retido.

## A lei permite que o Executivo utilize o dinheiro dos depósitos judiciais?

A Lei 11.429/2006 permite que apenas o dinheiro dos depósitos judiciais tributários seja utilizado pela União, estados e municípios – desde que observadas algumas condições, como a criação de um fundo próprio e especial. E o dinheiro tem de ser usado para o pagamento de precatórios, dívidas judiciais do governo.

## ESTRATÉGIA

### Governo estuda mudar lei ou recorrer ao STF para ter acesso ao dinheiro

O representante da Procuradoria-Geral do Paraná em Brasília, Cezar Binder, disse ontem após o julgamento do CNJ que o governo do estado está estudando, em conjunto com a presidência do TJ-PR, a possibilidade de reformular a lei estadual complementar que autorizou o repasse dos depósitos judiciais não tributários. O texto deve prever uma nova destinação para os recursos, que seriam aplicados apenas no pagamento de precatórios – dívidas do governo reconhecidas pela Justiça. O ponto mais polêmico da atual legislação é a possibilidade de utilização dessas verbas em áreas diversas, como saúde, educação e segurança.

Segundo Binder, a procuradoria também vai avaliar a possibilidade de recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF) contra a decisão do CNJ. “O estado vai aguardar a publicação do acórdão e provavelmente tomar medidas

judiciais, pensando em um mandado de segurança no STF”, disse. O recurso deve ser baseado na competência do conselho para julgar esse tipo de questão.

A **Gazeta do Povo** tentou entrevistar a secretária estadual da Fazenda, Jozélia Nogueira, sobre o impacto financeiro da decisão do CNJ. Mas não obteve resposta. De acordo com a assessoria de imprensa do Palácio Iguçu, o posicionamento do governo é de apenas cumprir a determinação do conselho. (AG)

**“O estado vai aguardar a publicação do acórdão e provavelmente tomar medidas judiciais, pensando em um mandado de segurança no STF.”**

Cezar Binder, representante da Procuradoria-Geral do Paraná em Brasília.

23 OUT 2013

# GAZETA DO POVO

## **Notas Políticas**

### **Órgão Especial 1**

Seis desembargadores foram eleitos na última segunda-feira para fazer parte do Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR). São eles: Cláudio de Andrade, D'Artagnan Serpa Sá, Luís Carlos Xavier, Luís César de Paula Espíndola, Luiz Osório Moraes Panza e Luiz Sérgio Neiva de Lima Vieira.

### **Órgão Especial 2**

Por terminarem o tempo de mandato, saem os desembargadores Paulo Hapner, o ex-presidente do TJ Miguel Kfourí Neto, Antonio Loyola Vieira e Paulo Habith. Já os desembargadores Noéval de Quadros e Jesus Sarrão se aposentaram.

23 OUT 2013

## GAZETA DO POVO

### DECISÃO

#### **Em liminar, TJ determina suspensão de concurso da UEL**

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) acatou um pedido da Promotoria de Defesa de Pessoas com Deficiência e suspendeu o concurso público feito pela Universidade Estadual de Londrina (UEL) em junho. Segundo a ação, a UEL não teria respeitado o percentual de reserva de 5% a 20% do total de vagas para deficientes físicos. A UEL defende que a universidade seguiu os preceitos da lei estadual. A universidade vai suspender, até o final do julgamento da ação, o chamamento dos 56 aprovados no concurso.

# 23 OUT 2013

## GAZETA DO POVO

» CASO TAYNÁ

### **Policiais são denunciados à Justiça por improbidade**

Angieli Maros

A 6.ª Promotoria de Justiça da cidade de Colombo ingressou ontem com uma ação por ato de improbidade administrativa contra dezenove policiais envolvidos no caso de tortura a suspeitos pela morte da adolescente Tayná Adriane da Silva, 14 anos. Os denunciados têm indícios de participação nos crimes cometidos contra quatro rapazes que foram presos acusados inicialmente de envolvimento na morte da menina.

Entre os 19 apontados pelo Ministério Público, 11 são policiais civis, que, inclusive, já respondem a um processo penal aberto por causa do provável envolvimento no caso de tortura. Além disso, também foram denunciados um agente de apoio da Polícia Civil, dois guardas-municipais, um soldado da Polícia Militar, um auxiliar de carceragem, um soldado aposentado da Polícia Militar e dois presos.

De acordo com o promotor responsável pela ação, Paulo Conforto, caso a Justiça aceite a denúncia, o processo vai correr em paralelo ao processo penal já instaurado. “É um processo que corre independentemente do resultado a ação penal. Nesse caso, o principal objetivo — diferente da ação penal, que é a prisão — é a perda da função e a reparação dos danos”, explica Conforto.

Se forem condenados, os acusados poderão receber sanções como perda da função pública, suspensão dos direitos políticos entre três e cinco anos e proibição de tratar com o poder público ou receber benefícios ou incentivos fiscais pelo prazo de três anos.

Como o processo corre em segredo de Justiça, para preservar a intimidade das vítimas, o Ministério Público (MP) não pode repassar mais informações sobre o caso.

### **HISTÓRICO**

Relembre o caso, que segue sem a autoria do homicídio:

**25 de junho** — A adolescente Tayná Adriane da Silva, 14 anos, desaparece quando voltava da casa de uma amiga, em Colombo. Três dias depois, o corpo da menina é encontrado.

**27 de junho** — A Polícia Civil aponta quatro homens como os responsáveis pela morte. Depois de confessarem a autoria, os acusados, no entanto, relataram que foram torturados para assumirem a responsabilidade.

**15 de julho** — Os quatro suspeitos são soltos e é pedida a prisão preventiva de 15 policiais denunciados pelas supostas torturas.

**1º de agosto** — O Ministério Público denuncia à Justiça 19 pessoas, incluindo 11 policiais civis, um ex-policial militar, um PM e dois guardas municipais.

**14 de agosto** — A Justiça aceita a denúncia (acusação formal) contra 16 dos 21 acusados. Um processo penal é aberto contra os policiais civis da Delegacia do Alto Maracanã, incluindo um policial militar e um ex-PM.

# 23 OUT 2013

## GAZETA DO POVO

### CONDENAÇÃO

#### **Por presídio menos violento, Marcos Valério muda endereço eleitoral**

Condenado a mais de 40 anos de prisão no processo do mensalão, o empresário Marcos Valério Fernandes de Souza mudou o seu título de eleitor para Caetanópolis, em Minas Gerais, o que pode ser uma tentativa de conseguir cumprir a sua longa pena em um presídio supostamente menos perigoso, com presos menos violentos. Valério adotou como endereço a fazenda que diz ter arrendado desde 2007, a cerca de 120 km de Belo Horizonte e a 40 km de Sete Lagoas, onde está o presídio Promotor José Costa. É lá que o homem condenado como o operador do mensalão pode querer cumprir sua pena, embora isso não dependa dele, mas da Justiça e do governo mineiro. Valério sempre teve medo de cumprir pena em um presídio com detentos considerados mais perigosos. O advogado Marcelo Leonardo, que trabalha para Valério, não confirma essa intenção. Sobre o endereço eleitoral, o advogado disse que a Justiça pode levar em consideração um presídio perto do endereço do condenado, mas que isso não é escolha do preso.

23 OUT 2013

## TRIBUNA DO PARANÁ

ELEIÇÃO NO TC

# Deputado admite ter recebido ameaças

O deputado estadual Elton Welter (PT) afirmou, ontem, na Assembleia Legislativa, que houve pressão para eleição do ex-deputado Fabio Camargo para o cargo de conselheiro do Tribunal de Contas (TC-PR). Ele é o primeiro parlamentar a confirmar essa possibilidade, já que o presidente da Casa, Valdir Rösconi (PSDB) e o líder do governo, Ademar Traiano (PSDB), negaram ter sido pressionados.

Segundo Welter, a pressão e a influência externas foram grandes e admitiu ter recebido ameaças. Ao ser questionado, respondeu que “a palavra (ameaça) fala por si. Todo mundo tem medo do Poder Judiciário”, disse. Ele não negou que essas ameaças possam ter relação com algum processo contra ele no Tribunal de Justiça.

### Medo

O deputado confirmou que tinha medo, já que, na época da eleição, “os recados eram muito claros” e eram para que votasse em Camargo. Welter negou que tenha recebido qualquer pressão para votar no outro candidato à vaga de conselheiro, Plauto Miró (DEM). Também revelou que outros parlamentares da Assembleia o pressionaram, mas o petista se recusou a dar nomes por não ter provas.

O assunto da eleição para o TC voltou a repercutir na Assembleia depois que a Procuradoria-Geral da República pediu ao Superior Tribunal de Justiça (STJ) o afastamento do ex-deputado Fabio Camargo, eleito conselheiro do órgão público. O pedido está no inquérito que investiga suposto tráfico de influência do pai dele, Clayton Camargo, que era presidente do Tribunal de Justiça na época da eleição, e teria usado o cargo para influenciar o resultado.

23 OUT 2013

## TRIBUNA DO PARANÁ

CASO TAYNÁ

# Policiais acusados de improbidade

A 6.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Colombo ajuizou ontem ação por ato de improbidade administrativa contra os policiais acusados de torturar os suspeitos da adolescente Tayná Adriane da Silva, 14 anos, em junho.

São processados um delegado, 11 policiais civis, um agente de apoio da Polícia Civil, dois guardas municipais, um soldado da Polícia Militar, um auxiliar de carceragem, um soldado aposentado da PM e dois presos. Todos são acusados de tortura, menos o auxiliar de carceragem, que está sendo processado por abuso de autoridade e lesões corporais. O promotor de Justiça Paulo Conforto pediu sigilo de justiça ao processo, para preservar a intimidade das vítimas.

Se forem condenados, os acusados poderão perder a função pública e ter de ressarcir dano, além de outras punições.

23 OUT 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

### **CNJ proíbe repasses da Justiça ao Estado**

O Conselho Nacional de Justiça julgou a ação contra a lei que permitia que o governo do Paraná utilizasse os recursos de depósitos judiciais. A ação contra o projeto aprovado pela Assembleia Legislativa foi movida pela OAB do Paraná.

## **CNJ nega repasse de depósitos judiciais ao governo**

### **Lei que autorizava transferências foi aprovada na Assembleia**

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) julgou ontem o mérito do processo que barra o repasse dos depósitos judiciais não tributários do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) ao governo estadual. O recurso é estimado em R\$ 2,3 bilhões. A decisão do plenário foi unânime, contudo, o governo do estado pode recorrer ao Supremo Tribunal Federal (STF).

A ação já havia sido negada pelo CNJ, por meio de uma liminar apresentada pela seccional paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB-PR). A transferência dos recursos seria feita por meio do Sistema de Gestão Integrada de Recursos Financeiros (Sigerfi) – uma conta única para onde são direcionados todos os recursos da administração estadual.

23 OUT 2013

## JORNAL DO ÔNIBUS

# CNJ diz que TJ-PR deverá retomar concurso público para cartórios

O Conselho Nacional de Justiça decidiu, nesta terça-feira (22), liberar o concurso público para a seleção de tabeliães para ocupar os cartórios do Paraná. O processo de seleção foi suspenso por uma liminar do próprio CNJ em dezembro de 2012, em função de 16 ações que questionavam pontos do edital.

A relatora considerou parcialmente procedente os pedidos e listou os requisitos que o TJ-PR deverá observar na realização do concurso, como a participação da empresa contratada pelo tribunal para auxiliar na aplicação das provas e a lista de cartórios vagos disponíveis no concurso. De acordo com a decisão, acatada por unanimidade pelo Plenário do CNJ, o Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR) deve reabrir as inscrições, e o concurso precisa ocorrer “com a máxima urgência”.

Segundo a determinação da ministra, a corte paranaense deve excluir sete pessoas suspeitas da banca examinadora, além de incluir a disciplina “Conhecimentos Gerais” entre os conteúdos do programa das provas.

23 OUT 2013

JORNAL DO ÔNIBUS

# Policiais acusados no caso Tayná são processados

## 1 Promotoria de Justiça ajuizou ação por ato de improbidade administrativa

Policiais acusados de tortura contra os suspeitos pela morte da adolescente Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, em Colombo, foram processados por ato de improbidade administrativa pela 6ª Promotoria de Justiça de Colombo. O Ministério Público do Paraná (MP-PR) informou que um delegado, 11 policiais civis, um agente de apoio da Polícia Civil, dois guardas municipais, um soldado da Polícia Militar (PM), um auxiliar de carceragem, um soldado aposentado da PM e dois presos estão sendo processados. Todos são acusados de tortura, com exceção do auxiliar de carceragem, que é processado por prática dos crimes de abuso de autoridade e lesões corporais.

No dia 1º de agosto, o Ministério Público apresentou denúncia contra 21 suspeitos de tortura contra os quatro homens que haviam sido presos como suspeitos de matar e estuprar Tayná. Dos 21 suspeitos de tortura, 16 são policiais civis, um é policial militar, dois são guardas municipais e dois são presos de confiança. Além da denúncia por prática de tortura, alguns também foram acusados por falso testemunho, lesão corporal de natureza grave e abuso de autoridade e crime de natureza sexual.

23 OUT 2013

## O ESTADO DE S. PAULO

**Ação Direta de Inconstitucionalidade.** Para Márcio Elias Rosa, devolução proposta por Haddad é irregular por utilizar verba pública; ele ainda contesta o novo modelo, que deverá entrar em vigor em 2014, e a permissão para fiscalizar veículos de outras cidades

# Procurador-geral vai ao TJ para vetar reembolso da inspeção veicular em SP

O procurador-geral de Justiça do Estado, Márcio Fernando Elias Rosa, propôs uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Tribunal de Justiça de São Paulo contra as principais mudanças da Inspeção Veicular Ambiental da gestão Fernando Haddad (PT): o reembolso da taxa de inspeção, a autorização para que novas empresas façam a vistoria e a fiscalização de carros de outras cidades que circulam na capital. Na ação, ele pede a suspensão dessas medidas.

A Adin será julgada pelo órgão especial do Tribunal de Justiça. Entretanto, o pedido de liminar que consta na ação pode ser analisado imediatamente pelo presidente do TJ, desembargador Ivan Ricardo Garisio Sartori.

O procurador-geral contesta três artigos da Lei 15.688/13, aprovada em abril: o 4.º, o 5.º e o 6.º. Esses artigos davam nova redação à Lei da Inspeção Veicular, que havia sido aprovada em 1995 e norteava as regras da inspeção desenvolvida na gestão Gilberto Kassab (PSD).

Segundo o procurador-geral afirma na ação, as empresas que fazem a inspeção, obviamente, precisam de pagamento. Mas o

reembolso da taxa de inspeção proposto por Haddad é irregular, diz ele, porque seria feito com verba pública “inclusive a decorrente de impostos que são pagos pela população independentemente de sua vinculação direta com a prestação ou a execução do serviço público”, retirando verba de outras áreas.

Na época da aprovação da nova inspeção, a administração disse que a verba usada no reembolso viria da cota da cidade no IPVA (os municípios ficam com 50% do imposto sobre a propriedade dos carros). Mas o procurador também contesta o argumento. “Não é ocioso dizer que tributos como IPVA têm como fato gerador a propriedade e não se prestam à remuneração de serviço público específico e divisível”.

Desde a criação da lei, motoristas aprovados em primeira inspeção podem solicitar o reembolso da taxa, caso sejam aprovados na primeira inspeção. Se for reprovado, o motorista tem um prazo para fazer os ajustes necessários e realizar nova vistoria, mas perde o direito ao reembolso.

**Contratos.** Na ação, o procurador-geral também questiona o novo modelo de inspeção. A proposta de Haddad é que empre-

sas interessadas em fazer a inspeção sejam apenas “autorizadas” a trabalhar. Para isso, devem cumprir requisitos determinados por regras municipais. Mas o Ministério Público Estadual também contesta essa forma de escolher as empresas. Caso queira seguir com a inspeção, a gestão Haddad terá de fazer uma nova licitação para contratar as empresas, conforme o procurador.

Além disso, Elias Rosa afirma, na ação, que a permissão da Prefeitura em identificar e multar carros poluidores com placas de outros municípios fere a independência entre os entes da federação e é vetada tanto pela Constituição Federal quanto pela Estadual.

A proposta da Prefeitura, aprovada com a nova lei, obrigará carros que circulam em São Paulo por mais de 120 dias por ano a fazer a inspeção. A medida serve tanto para frear o registro de carros paulistanos em outras cidades quanto para fiscalizar carros de moradores de outras cidades que trabalham (e poluem na capital).

**CONTINUA**

O secretário municipal do Verde e do Meio Ambiente, Ricardo Teixeira, disse estar seguro de que a lei aprovada é justa. "Ela garantiu controle da poluição mais efetivo ao espaçar a frota alvo." Além disso, disse ele, evitou inspeções desnecessárias, ao livrar carros novos da vistoria anual. A Prefeitura afirmou que, assim que for notificada, vai argumentar em favor da defesa da lei na Justiça.

Na ação, o procurador-geral também manda citar o presidente da Câmara Municipal, vereador José Américo, pedindo para que ele se manifeste sobre a legislação que o MPE quer suspender.

**Controlar.** O contrato atual da vistoria, entre a Prefeitura e a empresa Controlar, está em vigor por força de uma decisão da Justiça. Ele chegou a ser suspenso unilateralmente por parte da Prefeitura, mas a Controlar conseguiu o direito de continuar fazendo a inspeção veicular – após contestar a ruptura no Tribunal de Justiça.

O cancelamento ocorreu porque, para a Prefeitura, a contratação da empresa, feita em 1995, já expirou. Mas o Ministério Público chegou a recomendar a suspensão da parceria, após uma análise identificar irregularidades na licitação usada pela Prefeitura para assinar a parceria com a empresa. / **BRUNO RIBEIRO, FAUSTO MACEDO, MARCELO GODOY e IURI PITTA**

## PONTOS-CHAVE

### Vistoria é decidida na Justiça

#### ● Denúncia

O ex-prefeito Gilberto Kassab foi denunciado à Justiça no ano passado, acusado de violar a Lei de Licitações ao contratar a Controlar para fazer a inspeção.

#### ● Novo modelo

Além de propor um novo modelo de inspeção (agora contestado pelo MPE), a gestão Fernando Haddad tentou romper o contrato com a Controlar neste ano.

34. Benefícios administrativos ou fiscais demandam cobertura para não afetar o equilíbrio econômico-financeiro de negócios jurídicos administrativos, sob pena de eclosão de prejuízo ao parceiro privado e, se atendidas com recursos orçamentários, causação de agravo às finanças públicas e solidarização do ônus correspondente que será subsidiado pela receita geral do ente público, inclusive a decorrente de impostos que são pagos pela população independentemente de sua vinculação direta com a prestação ou a execução do serviço público.

35. Ou seja, o poder público suportará o reembolso e a isenção, retirando forças do erário formado principalmente pela receita de impostos para os reembolsos, cujo impacto, segundo emerge do projeto de lei, é superior a oitenta milhões de reais (fl. 121), e que foram parcialmente abastecidos com recursos orçamentários decorrente da abertura de crédito adicional proveniente da anulação parcial de dotação específica da "Operação Urbana Faria Lima" – na ordem de mais de vinte milhões – promovida pelo Decreto n. 54.010, de 14 de junho de 2013, consoante as informações prestadas pela Prefeitura do Município de São Paulo (fl. 179).

36. Não é ocioso dizer que tributos como IPVA tem como fato gerador a propriedade e não se prestam à remuneração de serviço público específico e divisível.

**Argumentação.** Pedido de liminar pode ter análise imediata

### Rio dispensa da vistoria carros com até dois anos

● Automóveis zero-quilômetro comprados no Rio, desde de 2012, estão dispensados da vistoria anual nos dois anos seguintes. A decisão foi anunciada ontem pelo governo do Estado. Já havia isenção no primeiro ano de uso. Agora, o prazo foi ampliado.

Além da liberação da vistoria, os donos de carros zero também deixarão de pagar a taxa de licenciamento anual (hoje fixada em R\$ 101,77) nos dois anos seguintes aos da compra. A medida beneficiará os veículos considerados de uso não intensivo, ou seja, carros de passeio particulares com capacidade para até cinco passageiros.

"Ela se baseia no entendimento técnico de que, nos três primeiros anos de uso, o desgaste de

carros na situação descrita não compromete as condições mínimas de segurança e o nível de emissão de gases", informou o Detran. Não serão contemplados veículos de uso intensivo, como ônibus, micro-ônibus, caminhões, e da categoria aluguel, sejam automóveis, caminhonetes, motos ou utilitários, além de veículos particulares com mais de cinco passageiros.

Agora, um carro zero comprado em 2012, já isento em 2013, não será submetido à vistoria também em 2014. Veículos adquiridos em 2013 só precisarão realizar o procedimento em 2016.

O anúncio ocorre quatro dias após a prisão de 71 funcionários do Detran acusados de envolvimento em uma quadrilha que aprovava veículos sem manutenção em vistorias fantasmas, entre outras fraudes. O esquema movimentaria R\$ 2 milhões por mês, segundo a denúncia do Ministério Público.

#### ● Vaiém

A ruptura com a Controlar durou sete dias, e a empresa obteve uma liminar para voltar a operar. Agora, o novo modelo também é contestado.

23 OUT 2013

O ESTADO DE S. PAULO

# TRF decide se abre ação contra militares

Justiça analisa recurso contra rejeição de denúncia que acusou ex-agentes  
do DOI-Codi de sequestro, tortura e morte de militante Mário Alves

Wilson Tosta / RIO

O Tribunal Regional Federal da 2.<sup>a</sup> Região (Rio de Janeiro e Espírito Santo) julga hoje se quatro militares da reserva poderão ser processados pelo sequestro de Mário Alves, protagonista de um dos mais conhecidos casos de desaparecimento político da ditadura de 1964 a 1985.

A 1.<sup>a</sup> Turma do TRF examinará recurso apresentado pelo Ministério Público Federal contra decisão do juiz Alexandre Libonatti de Abreu, que rejeitou a denúncia contra Luiz Mario Correia Lima, Roberto Augusto de Mattos Duque Estrada, Dulene Aleixo Garcez dos Reis e Valter da Costa Jacarandá.

Todos eles integraram o Destacamento de Operações de Informações – Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) do 1.<sup>o</sup> Exército, órgão de repressão política e centro de torturas do regime, que funcionava no quartel do 1.<sup>o</sup> Batalhão de Polícia do Exército, na Tijuca, zona norte do Rio. O recurso recebeu parecer favorável da procuradora Adriana de Farias Pereira.

Os quatro militares são acusados de terem sequestrado e torturado Alves, dirigente do clandestino Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR) desaparecido desde janeiro de 1970. Segundo relatos de presos políticos que estavam no DOI-Codi, o militante foi brutalmente torturado pelos acusados e outros integrantes da unidade, já mortos quanto a denúncia foi formulada pelo MPF.

Os militares negam ter tido participação no caso, embora Jacarandá, em audiência pública conjunta das Comissões Estadual e Nacional da Verdade, tenha reconhecido que participou de torturas no DOI-Codi.

O novo procurador-geral da República, Rodrigo Janot, já se manifestou favorável a considerar o sequestro como crime em andamento enquanto a vítima não aparecer.

Os quatro militares foram denunciados por sequestro com concurso de pessoas por motivo torpe. A morte do dirigente comunista foi reconhecida pelo Judiciário em 1987 e em 1995 pela União.

**Ênfase.** Mas os procuradores da primeira instância não se referiram, na denúncia, ao homicídio, apenas a sequestro e sevícias, com maior ênfase no primeiro crime. Essa formulação não agradou ao magistrado, que rejeitou o pedido da procuradoria. “Tal inversão foi deliberada, objetivando adequar a conduta a um crime de natureza permanente, de forma a evitar o fenômeno da prescrição e a eficácia da Lei da Anistia.”

Um dos autores da denúncia, o procurador Antonio do Passo Cabral afirmou não haver materialidade no crime de homicídio – pois o corpo de Alves nunca foi achado –, diferentemente do de sequestro. “Não é nenhuma engenharia jurídica. O Supremo Tribunal Federal já decidiu (da mesma forma) em situações semelhantes”, disse, referindo-se a extradições de militares de países vizinhos acusados de crimes contra a humanidade nos anos 1970 e 1980.

## PARALEMBRAR

O coronel-bombeiro da reserva Valter da Costa Jacarandá, em depoimento às Comissões Estadual (RJ) e Nacional da Verdade, confessou em agosto ter participado de torturas no DOI-Codi do Rio nos anos 1970.

Dulene Aleixo Garcez dos Reis e Luiz Mário Correia Lima, também acusados no caso Alves, compareceram a outra sessão das comissões, mas responderam às perguntas com a expressão “nada a declarar”.

## **Crime em navio: barman tem prisão decretada**

O juiz federal Roberto Lemos dos Santos Filho decretou a prisão preventiva do barman Bruno Souza Bicalho Vale Ricardo, de 33 anos, sob a acusação de assassinar sua noiva, a bartender Camilla Peixoto Bandeira, de 28. O crime ocorreu em 2010 em um cruzeiro do navio MSC Musica. A jovem foi encontrada morta em sua cabine. Na época, o barman disse à Polícia Federal que ela havia se enforcado. A perícia afastou essa hipótese com base em ferimentos no corpo da vítima, relacionados a estrangulamento.

23 OUT 2013

# O ESTADO DE S. PAULO

## STJ isenta GE de pagar R\$ 400 milhões à Transbrasil

Decisão de ontem é novo capítulo da batalha judicial que se arrasta desde 2001, quando GE pediu falência da aérea

**Marina Gazzoni**

A General Electric (GE) conseguiu reverter ontem no Superior Tribunal de Justiça (STJ) uma condenação do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) para pagar uma multa de R\$ 400 milhões à companhia aérea Transbrasil, que faliu em 2002. A Transbrasil acusava a GE de ter provocado a falência da empresa ao executar uma nota promissória – que, a seu ver, era indevida – e cobrava indenização pela quebra da empresa.

O caso se arrasta na Justiça desde 2001 e deu origem a diversos processos. A principal discussão era em torno da execução de uma nota promissória da Transbrasil de US\$ 2,7 milhões, dada como garantia a uma dívida de US\$ 22 milhões.

A GE diz que executou a nota por não ter recebido o valor devido pela empresa. Já a Transbrasil afirma que pagou o débito e apresentou à Justiça um parecer baseado em depósitos em contas da GE no exterior como prova de pagamento. A GE pediu a falência da Transbrasil pelo não pagamento da nota promissória.

Após a falência da Transbrasil, decretada em 2002, a empresa aérea vem tentando uma indenização da GE. Em decisões de primeira e segunda instância, a Justiça entendeu que a execução da nota promissória foi indevida e que cabia uma indenização à Transbrasil. O TJ-SP estabeleceu que a empresa deveria pagar o dobro do valor da dívida que cobrou da GE

### ● Sucata

Três aeronaves Boeing 767-200 da Transbrasil foram leiloadas ontem por valores entre R\$ 95 mil e R\$ 140 mil. Os aviões estavam parados no aeroporto de Brasília desde o fim de 2001.

(de US\$ 22 milhões, na época) por entender que ela já estava paga e a empresa teria agido de má-fé.

Esse montante, segundo as contas da Transbrasil, seria da ordem de R\$ 400 milhões, em valores corrigidos. A empresa também deveria à Transbrasil, na interpretação do TJ-SP, outra indenização a ser calculada pela falência da empresa.

O STJ, no entanto, entendeu diferente. Em um voto de 26 páginas, os quatro ministros que julgaram o processo decidiram que a GE não é responsável pela falência da empresa, excluíram a condenação por “má-fé” e a multa de R\$ 400 milhões.

No entanto, o STJ concluiu que a cobrança da nota promissória foi irregular e que a Transbrasil tem direito à indenização “do prejuízo no ato que efetivamente resultou no protesto das notas”, mas que o valor “não deve levar em consideração o prejuízo da falência”. O valor da indenização não foi definido.

O diretor de assuntos institucionais da GE para América Latina, Alexandre Alfredo, disse que a empresa está satisfeita com a decisão do STJ e que as desavenças com a Transbrasil “são águas passadas”. “A GE sempre refutou a acusação de que agiu de má-fé e que causou a falência da Transbrasil. A Justiça entendeu isso”, disse.

Para o advogado da Transbrasil, Cristiano Martins, a decisão do STJ “confirma o que a GE negou por 12 anos: a Transbrasil pagou sua dívida e o pedido de falência foi indevido”. Segundo

ele, a empresa vai aguardar a publicação da decisão do STJ para avaliar recursos. “Vamos continuar a perseguir a indenização da empresa”, disse Martins.

**Segunda ação.** Além do processo que foi julgado ontem pelo STJ, a Transbrasil possui outra ação contra a GE, pedindo especificamente uma indenização pela falência da empresa. No processo julgado ontem, a questão central era se a execução da nota promissória que originou a falência da companhia se referia a uma dívida que foi paga ou não pela empresa.

23 OUT 2013

METRO

# CNJ barra R\$ 2,3 bi ao governo do Estado

**Depósitos judiciais.** Decisão anula lei estadual que liberava ao governo o uso de dinheiro depositado em ações judiciais. CNJ foi unânime ao apontar a irregularidade

Em decisão unânime, ontem, o CNJ (Conselho Nacional de Justiça), impediu que o governo do Paraná tenha acesso aos R\$ 2,3 bilhões que hoje estão depositados em contas do Judiciário. A ação foi movida pela OAB-PR (Ordem dos Advogados do Brasil - seção Paraná) e em julho uma liminar favorável já havia sido concedida à causa. Agora, a decisão inicial foi confirmada em definitivo.

A determinação do CNJ anula a lei estadual 17.579/2013, que foi aprovada pela Assembleia Legislativa em uma sessão realizada às pressas, em sessão extraordinária em julho deste ano.

As regras permitiam que até 30% dos chamados depósitos judiciais fossem usados em investimentos públicos. Atualmente, esses recursos ficam sob a responsabilidade do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná), que os deposita na Caixa Econômica Federal.

Na decisão, o CNJ destacou que o dinheiro é privado e só fica depositado nas contas públicas até que se resolvam pendências jurídicas. "Os depósitos constituem valores recolhidos (...)



Conselho confirmou liminar que já havia sido dada | LUIZ SILVEIRA/AGÊNCIA CNJ

para entrega a quem de direito. Por isso, o Judiciário apenas os guarda, mas sobre eles não detém livre disponibilidade", escreveu o conselheiro Silvio Rocha na decisão que foi aprovada em pleno ontem.

Em nota, a OAB comemorou a proibição. "Recebemos com satisfação a decisão definitiva do CNJ, que protege bilhões de reais dos

jurisdicionados paranaenses", disse o presidente da ordem no Paraná, Juliano Breda.

Já o governo do Estado, disse que vai respeitar a decisão, mas ainda não comentou, por exemplo, se entrará com recursos sobre ela.

Apesar de não conseguir ter acesso aos R\$ 2,3 bi, o governo segue tentando obter os depósitos judiciais tri-

butários, que podem chegar a até R\$ 700 milhões. O pedido foi feito ao Órgão Especial do Tribunal de Justiça do Paraná, que ainda não deu resposta. Na argumentação, estariam decisões do Supremo Tribunal Federal, que já autorizam o uso.



THIAGO  
MACHADO  
METRO CURITIBA

23 OUT 2013

METRO

## Deputado fala de ameaça em eleições

O deputado estadual Elton Welter (PT) disse ontem que ele e outros parlamentares sofreram ameaças para que votassem em Fábio Camargo para o cargo de conselheiro do TCE-PR (Tribunal de Contas do Estado do Paraná). "Mandaram emissários. Eu mesmo recebi. Foram reuniões privadas", afirmou.

Welter não contou, no entanto, o nome das pessoas, nem se elas vinham em nome Judiciário ou do executivo. "Não gravei, não fotografei, não tenho co-

**"Mandaram emissários. Eu mesmo recebi. Foram reuniões privadas."**

ELTON WELTER (PT), DEPUTADO SOBRE PESSOAS QUE PEDIRAM À ELE VOTOS AO ENTÃO DEPUTADO FÁBIO CAMARGO

mo provar. Mas são poucos os deputados que têm coragem que contar o que aconteceu", afirmou.

Welter disse ainda não ter cedido a pressão, e votado no adversário de Camargo nas eleições - o deputado

Plauto Miró (DEM).

### Acusações

A eleição de Fábio Camargo está sendo analisada pelo CNJ (Conselho Nacional de Justiça). Há acusações de tráfico de influência que o seu pai, o então presidente do TJ-PR (Tribunal de Justiça do Paraná), Clayton Camargo, poderia ter feito aos parlamentares.

Procurado, o conselheiro Fábio Camargo não comentou as declarações de Elton Welter.

© METRO CURITIBA



Welter disse não ter cedido à pressão | SANDRO NASCIMENTO / ALEP

# 23 OUT 2013

## METRO

**Caso Tayná**

### **Policiais são processados por improbidade**

Os policiais civis acusados pelo Ministério Público do Paraná de torturar os acusados no Caso Tayná são processados por improbidade administrativa. A ação foi ajuizada ontem pela 6.<sup>a</sup> Promotoria de Justiça de Colombo, na região metropolitana de Curitiba.

São um delegado, 11 policiais civis, um agente de apoio da Polícia Civil, dois guardas municipais, um soldado da Polícia Militar, um soldado aposentado da Polícia Militar e dois presos.

Já o auxiliar de carceragem está sendo processado por prática dos crimes de abuso de autoridade e lesões corporais.

O processo corre em segredo de Justiça para preservar a intimidade das vítimas.

A adolescente Tayná Adriane da Silva, de 14 anos, foi encontrada morta no final de junho, em Colombo. Até agora, o caso não foi solucionado. © METRO CURITIBA

23 OUT 2013

**BEMPARANÁ**

## Depósitos judiciais na berlinda

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vetou ontem a formalização de convênio para o repasse de recursos dos depósitos judiciais sob controle do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR) para um caixa único do governo do Estado. A

possibilidade do repasse de 30% desses recursos, em total estimado em R\$ 2,3 bilhões, havia sido aberta através de resolução do TJ e lei aprovada pela Assembleia Legislativa em julho. Com a decisão, os recursos deverão permanecer

na Caixa Econômica Federal. Os conselheiros aprovaram por unanimidade parecer do relator Saulo Casali Bahia, que atendeu pedido de providências apresentado pela Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná.

**R\$ 2,3  
bilhões**

é o valor estimado de 30% dos depósitos judiciais não tributários sob guarda do Tribunal de Justiça do Paraná que o governo pretendia ter acesso.

# CNJ veta transferência de depósitos judiciais

Conselho decide que R\$ 2,3 bilhões em recursos não tributários devem continuar na Caixa

**CONTINUA**

23 OUT 2013

## BEMPARANÁ

### CONTINUAÇÃO

Ivan Santos \_\_\_\_\_  
politica@bemparana.com.br

O Conselho Nacional de Justiça (CNJ) vetou ontem a formalização de convênio para o repasse de recursos dos depósitos judiciais sob controle do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ/PR) para um caixa único do governo do Estado. A possibilidade do repasse de 30% desses recursos, em total estimado em R\$ 2,3 bilhões, havia sido aberta através de resolução do TJ e lei aprovada pela Assembleia Legislativa em julho. Com a decisão, os recursos deverão permanecer em instituição financeira oficial, no caso a Caixa Econômica Federal (CEF).

Os conselheiros aprovaram por unanimidade parecer do relator, Saulo Casali Bahia, que atendeu pedido de providências apresentado pela seccional da Ordem dos Advogados do Brasil do Paraná (OAB-PR). Bahia citou precedentes do CNJ e do Supremo Tribunal Federal (STF) que prevêem a manutenção de depósitos judiciais e de recursos não tributários em instituição financeira oficial.

O relator citou, por exemplo, decisão tomada pelo plenário do CNJ em 27 de junho deste ano, no mesmo pedido de providências. Na ocasião, foi ratificada liminar do então conselheiro Silvío Rocha que manteve vigência de contrato de 60 meses entre a Caixa e o TJ/PR, pelo qual a instituição financeira oficial tem exclusividade na administração desses recursos. A liminar havia suspenso os efeitos do decreto do TJ/PR, que previu o fim da exclusividade da Caixa

caso a instituição não fosse incluída como agente operador do Sistema Integrado de Administração Financeira (Siaf) em um prazo de 15 dias.

**Precedente** - Outra decisão do CNJ citada pelo relator foi a liminar concedida pelo então conselheiro Silvío Rocha que suspendeu os efeitos de decisão do Órgão Especial do TJ/PR de aprovar anteprojeto de lei complementar autorizando a transferência, para o governo do Estado de até 30% do valor dos depósitos judiciais de natureza não tributária. No último dia 25 de julho, a Assembleia aprovou a proposta do governo do Estado de criação do Sistema de Gestão Integrada dos Recursos Financeiros do Estado do Paraná (Sigerfi), que centraliza em uma conta corrente todas as receitas arrecadadas pelo Estado. O texto da lei previa que outros poderes, como Legislativo e Judiciário, poderiam repassar seus recursos para essa conta, mediante convênio. No mesmo dia, porém, a OAB/PR obteve a liminar concedida pelo conselheiro Silvío Rocha, suspendendo os efeitos da lei até o julgamento do mérito.

O governo do Estado alegava que pretendia aplicar os recursos nos setores de saúde, educação, segurança pública, infraestrutura viária, mobilidade urbana e pagamento de aquisições de pequeno valor. O Estado argumentou ainda que esse mesmo tipo de mecanismo de transferência dos recursos de depósitos judiciais para o Executivo já é usado pela União e por outros estados, como Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul.

# 23 OUT 2013

## BEMPARANÁ

### Nomes aos bois

O líder da bancada de oposição na Assembleia Legislativa, deputado Elton Welter (PT), relatou ontem ter havido “pressões” externas e “ameaças” envolvendo a votação do projeto que criou o caixa único do governo do Estado, a proposta de repasse dos recursos dos depósitos judiciais para o Executivo e a eleição para conselheiro do Tribunal de Contas do Estado. As declarações foram dadas em comentário à decisão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ), que vetou o repasse dos recursos não tributários dos depósitos judiciais sob controle do Tribunal de Justiça para o governo. A criação do caixa único que receberia esses recursos foi aprovada pela Assembleia em julho. “Infelizmente se usou de um poder de influência muito grande. Uma articulação entre os poderes para a eleição do TC. Foi uma força que se usou para a aprovação dessa lei”, alegou Welter. Questionado a dar nomes, o petista se esquivou. “A influência externa foi grande. Conversas de bastidores. Pressão de pessoas. Não posso citar nomes. Não posso dizer publicamente”, disse Welter. A atitude irritou o líder do governo na Assembleia, deputado Ademar Traiano (PSDB), que cobrou o petista. “Você tem que dar ‘nome aos bois’. Tem que ser macho. Se não, complica para a gente”, disse o tucano ao líder oposicionista.

### Antecedentes

Parlamentares estranharam que só agora, três meses após a votação do projeto, Welter venha relatar essas supostas pressões. E lembraram ainda que o petista nada falou sobre eleições anteriores para conselheiro do TCE, que sempre tiveram influência externa e foram igualmente questionadas na Justiça. Os casos vêm desde a era Lerner, cuja indicação dos ex-secretários Jaime Lechinski e Caio Soares para o tribunal foram contestadas judicialmente; a escolha do irmão do ex-governador Roberto Requião, Maurício Requião, foi derrubada na Justiça; e a nomeação do ex-procurador Geral do Estado, Ivan Bonilha, igualmente questionada juridicamente. Welter, aliás, era deputado quando Maurício Requião foi eleito para o TCE, com o apoio do governador. O petista integrava a base governista na época.

23 OUT 2013

Caso Tayná

**BEMPARANÁ**

## **Acusados de tortura são processados**

A 6ª Promotoria de Justiça de Colombo ajuizou, ontem, ação por ato de improbidade administrativa contra os policiais acusados de terem torturado os suspeitos pela morte da adolescente Tayná Adriane da Silva, 14 anos. O caso correu em junho deste ano, em Colombo. Estão sendo processados um delegado, 11 policiais civis, um agente de apoio da Polícia Ci-

vil, dois guardas municipais, um soldado da Polícia Militar, um auxiliar de carceragem, um soldado aposentado da Polícia Militar e dois presos.

Quase todos são acusados de tortura. A exceção é o auxiliar de carceragem, que está sendo processado por prática dos crimes de abuso de autoridade e lesões corporais. O promotor de Justiça Paulo

Conforto, responsável pela ação, pediu a decretação de segredo de justiça ao processo. O objetivo é preservar a intimidade das vítimas.

Enquanto isso, a Delegacia de Homicídios deve apresentar até o final deste mês o inquérito sobre as investigações da morte da adolescente. A entrega do inquérito já foi prorrogada por duas vezes.

23 OUT 2013

## INDÚSTRIA E COMÉRCIO

Roseli Abrão

### Mais um golpe

O governador Beto Richa sofreu nesta terça-feira mais um duro golpe. É que o Conselho Nacional de Justiça, por decisão unânime, decidiu que o Poder Judiciário do Paraná não poderá transferir 30% dos depósitos judiciais não tributários aos cofres do Estado.

Os depósitos representariam uma injeção de 2,3 bilhões de reais.

A decisão do CNJ atende uma ação movida pela seção paranaense da Ordem dos Advogados do Brasil.

### 13º em perigo?

A notícia que o CNJ barrou o repasse dos depósitos judiciais aos cofres do Estado já ganhou as redes sociais.

Houve quem opinasse que o 13º salário do funcionalismo acabou de ir para o "beleléu".

O 13º salário foi instituído no Poder Executivo no governo José Richa, pai do atual governador Beto Richa.

23 OUT 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### STF retoma o julgamento de Raposa Serra do Sol

Recursos à decisão de 2009 serão analisados

Quatro anos após o julgamento que demarcou de forma contínua a terra indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, o Supremo Tribunal Federal analisará hoje recursos contra a decisão de 2009.

A demarcação contínua e a retirada de não índios da reserva resolveu uma polêmica iniciada na gestão FHC (1995-2002), quando a área foi demarcada. A reivindicação dos índios, do uso exclusivo da terra, durou quase 30 anos.

Na atual etapa do processo, o Estado de Roraima, produtores rurais, indígenas e o Ministério Público questionam as condicionantes definidas pelo STF na época. Segundo o ministro Luís Roberto Barroso, atual relator, um dos pontos principais é se as condicionantes serão aplicadas só na Raposa Serra do Sol ou também nas demais terras indígenas. (SEVERINO MOTTA)

### TJ-SP vai julgar ação relativa à inspeção de veículos

Em mais um lance do caso Controlar, o procurador-geral de Justiça Márcio Elias Rosa ajuizou no Tribunal de Justiça de São Paulo uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) dos artigos 5º e 6º da Lei 15.688/2013.

A lei, assinada pelo prefeito Fernando Haddad em abril passado, dispõe sobre o controle de poluição veicular e o programa de inspeção e manutenção de veículos na cidade de São Paulo.

A ação cita artigos que alteraram a periodicidade e o tempo de dispensa da inspeção ambiental veicular, além de autorizar o executivo a mudar a concessão ou a extinguir o contrato.

A inspeção veicular foi retomada na cidade na semana passada em razão de uma liminar obtida pela Controlar. O juiz havia mandado reativá-las sob a alegação de se tratar de uma questão de saúde pública.

Cinco dias antes, o prefeito havia anunciado o fim das vistorias. A prefeitura anunciou que vai recorrer.

“A Adin não beneficia a Controlar diretamente, mas, se o desembargador suspender os efeitos da lei, deixará o prefeito em situação difícil”, afirma Luiz Eduardo Serra Netto, advogado da Controlar.

“Ele não tem um plano para substituir o programa.”

23 OUT 2013

## FOLHA DE S. PAULO

### Recursos dos réus dificilmente serão julgados neste mês, afirma Barbosa

DE BRASÍLIA - O presidente do Supremo Tribunal Federal, Joaquim Barbosa, disse ontem que o julgamento dos recursos dos condenados do mensalão que não têm direito a apresentar embargos infringentes dificilmente ocorrerá neste mês.

“Acho difícil. Na semana que vem temos uma sessão, só uma sessão.” A redução das atividades na próxima semana acontece porque o STF transferiu o feriado do dia do servidor da segunda-feira (28) para quinta (31). Com isso o plenário só se reunirá na quarta (30).

A retomada do julgamento deverá encerrar o processo para 13 réus. Condenados como os deputados Valdemar Costa Neto (PR-SP) e Pedro Henry (PP-MT) e o ex-deputado Roberto Jefferson só podem apresentar os embargos declaratórios, cujo prazo acabou ontem. Após esse julgamento o STF deve decretar a prisão dos condenados, que terão de iniciar o cumprimento de suas penas.

### PAINEL

**Entre amigos** Joaquim Barbosa participou no sábado de um jantar na casa do advogado Carlos Siqueira Castro, no Rio. O evento foi oferecido ao presidente do Supremo Tribunal Federal e ao presidente do Conselho Constitucional francês, Jean Louis Debré.

**Histórico** Durante o julgamento do mensalão, Barbosa foi criticado por não receber criminalistas em seu gabinete e apontou “conluio” entre juízes e advogados.

**Veja bem** “Compareci, sim, ao jantar. Era uma homenagem à delegação francesa”, diz o ministro. Ele é colega de Siqueira Castro na Uerj e atuou com ele no Ministério Público. Sua assessoria diz que Barbosa não relata casos do advogado.